

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.736 - RS (2019/0191398-5)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE : LIA NARA CHAGAS PEDROSO**  
**ADVOGADO : CARLOS ALBERTO MASCARENHAS SCHILD - RS0005226**  
**AGRAVADO : CARLOS JONI MADRUGA DA ROSA**  
**ADVOGADOS : OLIVAR SCHNEIDER - RS023562**  
**BRUNA LIZZIE SCHNEIDER - RS081462**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno (e-STJ fls. 224/227) interposto contra decisão da Presidência desta Corte que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial pela incidência da Súmula n. 284/STF (e-STJ fls. 220/221).

Em suas razões, a agravante sustenta ser inaplicável o referido óbice, pois explicitou a ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, argumentando que "A questão relevante arguida pela agravante está contida nos documentos das folhas 53/58, ou seja, a prova que o filho do casal transferiu residência para Porto Alegre em 2003" (e-STJ fl. 225).

Apesar de intimado, o agravado não apresentou impugnação (e-STJ fl. 230).

É o relatório.

Decido.

Assiste razão à agravante.

Com efeito, procede a argumentação expendida, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls. 220/221 (e-STJ) e prossigo no exame do recurso.

Trata-se de agravo (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial em virtude da inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 (e-STJ fls. 193/202).

O acórdão recorrido possui a seguinte ementa (e-STJ fl. 148):

**AÇÃO DE COBRANÇA. ARBITRAMENTO DE ALUGUÉIS, EM RAZÃO DO USO EXCLUSIVO DO IMÓVEL POR UM DOS USUFRUTUÁRIOS. POSSIBILIDADE. USUFRUTO. EXTINÇÃO NÃO VERIFICADA.**

1. O uso exclusivo de imóvel por ex-cônjuge após partilha de bens autoriza o arbitramento de aluguéis em favor do que restou privado do uso do bem, sob pena de enriquecimento sem causa, o que é vedado pelo art. 884 do CC.

2. Não há falar em extinção do usufruto pelo demandante pelo não uso ou pela não fruição por parte do autor, na medida em que eventual não exercício do usufruto restou justificado pela permanência do filho no imóvel.

Apelação desprovida.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 166/171).

No especial (e-STJ fls. 175/182), interposto com base no art. 105, III, "a", da CF, a recorrente apontou violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, sustentando omissão no acórdão recorrido, pois "deixou de se manifestar acerca de questão essencial ao deslinde da

controvérsia, qual seja sobre a prova escrita que identifica a data a partir da qual o filho do casal deixou de morar com a mãe, marco do início da contagem da prescrição do usufruto, matéria de fundo argüida na contestação e fundamental para o desate da controvérsia" (e-STJ fl. 178).

No agravo (e-STJ fls. 204/211), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 212).

É o relatório.

Correta a decisão de inadmissibilidade do recurso especial.

A Corte estadual examinou a questão, manifestando-se, inclusive, sobre a prova escrita apresentada, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 153/155):

No caso *sub judice*, a prova carreada para os autos demonstra que desde março de 1988 as partes são usufrutuárias de um imóvel urbano, matriculado sob o nº 22.444 perante o Registro de Imóveis da Comarca de Pelotas - 1ª Zona (vide R.4 e R.5 - fl. 11), do qual o filho (Rafael Pedroso da Rosa) é nu -proprietário.

A demandada, em sua defesa, diz que houve extinção do usufruto por parte do demandante, em razão da alegada não fruição, nos termos definidos no art. 1.410, VIII, do CC, *in verbis*:

(...)

Usufruto é o direito real na coisa alheia pelo qual um terceiro recebe o uso e a fruição da coisa para retirada de toda e qualquer utilidade, de acordo com a sua conveniência.

(...)

Na hipótese em exame, o imóvel foi adquirido pelos demandantes na constância do casamento e, com a separação judicial, ocorrida no ano de 1993, apenas a ré permaneceu no imóvel, juntamente com o filho Rafael Pedroso da Rosa, a quem fora cedida a fruição do bem pelo seu genitor.

A prova dos autos revela que com o casamento de Rafael, ocorrido em 25 de janeiro de 2013 (fl. 41), este passou a fixar residência em Porto Alegre, fato que ensejou o envio de notificação extrajudicial pelo autor à ré (fl. 09).

Nessas condições, não há falar em extinção do usufruto pelo demandante pelo não uso ou pela não fruição, na medida em que eventual não exercício do usufruto restou justificado pela permanência do filho no imóvel.

Por oportuno, nessa linha de raciocínio, acrescento às minhas razões de decidir os seguintes trechos da r. sentença atacada, da lavra do Dr. Alexandre Moreno Lahude, que bem apreciou a matéria e deu solução adequada ao caso *sub judice*, *in verbis*:

*O que a ré alega constitui fato extintivo do direito do autor, de forma que lhe incumbe o ônus da prova. É que a ré sustenta que seu filho deixou de morar no imóvel em 2001 (folha 46) e defende que isso era de conhecimento do autor, que permaneceu inerte, o que importa extinção do usufruto.*

*O conjunto das provas, todavia, encaminha conclusão oposta. A testemunha Nelson Jorge dos Reis Filho afirma que Rafael, filho das partes, residia em Pelotas, com sua mãe, contudo passava a semana em Porto Alegre para estudar e trabalhar. Ainda, referiu que Rafael casou-se em 2013 e que somente nesta época teria fixado sua residência em Porto Alegre. A certidão de casamento de Rafael, acostada à folha 41, é datada de 25 de janeiro de 2013.*

*A declaração de Rafael que está na folha 78 contraria essa prova. Mas por se tratar de documento particular, o que se pode inferir é apenas que Rafael declarou tais fatos, mas não que são verdadeiros, a teor do que dispõe o artigo 408 do Código de Processo Civil.*

*Portanto, a declaração da folha 78 não tem o condão de comprometer o que decorre de documento público que dá conta do casamento, assim como do que a prova testemunhal revela, de maneira que se deve admitir que Rafael deixou de residir no*

# Superior Tribunal de Justiça

*imóvel apenas em 2013.*

*Outrossim, depreende-se do documento acostado à folha 10 que a ré foi notificada para desocupação ou pagamento de aluguel no mesmo ano em que Rafael contraiu matrimônio e desvinculou-se do imóvel. É dizer, não há comprovação da inércia do autor.*

*Assim, não demonstrada qualquer causa extintiva do direito de usufruto do autor e incontroverso que o bem está sendo utilizado exclusivamente pela ré, impõe-se a fixação de valor a título indenizatório em favor do co-usufrutuário.*

Nessas condições, porquanto comprovada a posse exclusiva pela demandada, cabível a manutenção da sentença que fixou aluguéis em favor do demandante.

Por tais fundamentos, nego provimento à apelação.

E, no julgamento dos aclaratórios, complementou (e-STJ fls. 169):

Quanto à declaração de fl. 78, em que pese o art. 408 dispor que *as declarações constantes do documento particular escrito e assinado ou somente assinado presumem-se verdadeiras em relação ao signatário*, deve-se compreender que tais declarações têm presunção relativa.

Ademais, no caso *sub judice*, a declaração em questão restou derruída pelos demais elementos de prova carreados para os autos.

Sendo assim, verifica-se que o Tribunal *a quo* manifestou-se explicitamente sobre a questão suscitada pela ora agravante, motivo pelo qual inexistente a alegada omissão.

Diante do exposto, RECONSIDERO a decisão monocrática (e-STJ fls. 220/221) e NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor dos patronos da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator